

CARLOS LACERDA X LEONEL BRIZOLA: A VOLTA DA CAMPANHA PELA REMOÇÃO DE FAVELAS NA IMPRENSA CARIOCA DO SÉCULO XXI

Romulo Costa Mattos
Universidade Severino Sombra
romulomattos@hotmail.com

Resumo:

Uma das principais características do debate sobre as favelas nos dias de hoje é o retorno do ideal remocionista nos jornais do Rio de Janeiro. Essa realidade está relacionada com um contexto marcado, por um lado, pela presença ostensiva do poder militarizado do narcotráfico nas favelas da cidade e, por outro, pelo saudosismo de certos políticos e intelectuais em relação ao Estado da Guanabara (1960-1975) – em cuja vigência ocorreu a política de remoção de favelas. Assim, Carlos Lacerda, primeiro governador do Estado da Guanabara e inaugurador dessa política habitacional, é elevado à condição de modelo de governante moderno e comprometido com a sociedade carioca. Ao mesmo tempo, Leonel Brizola – governador que nos anos 1980 urbanizou favelas, regularizou a propriedade nessas áreas e avançou no campo dos direitos humanos – é colocado como sinônimo de mau administrador, responsável pelo ocaso da cidade. O objetivo deste trabalho é analisar a volta do discurso em favor da política de remoção de favelas na imprensa do tempo presente, utilizando como fonte principal o jornal *O Globo*, órgão de comunicação que vem liderando essa campanha.

Palavras-chave: favelas, imprensa, Rio de Janeiro.

I

Na campanha pelo retorno da remoção de favelas no Rio de Janeiro vemos, além de discursos inflamados contra a decadência econômica, social e moral da cidade – supostamente ocorrida em virtude do crescimento das favelas –, uma produção com pretensões teóricas, que procura demonstrar as esquecidas qualidades da política habitacional implantada nos anos 1960 e 1970. Seja como for, na análise do movimento pela volta da remoção de favelas, devemos considerar também as reportagens que diariamente abordam os seus moradores de forma pejorativa, ao associá-los principalmente à criminalidade pública.

Este trabalho está dividido em três partes. Na primeira, refletiremos sobre esse expediente importante para o sucesso de qualquer campanha pela erradicação das favelas que é a sua estigmatização. Na segunda, analisaremos os discursos mais propriamente relacionados com o revigorecimento do ideal remocionista, proferidos por autores de maior expressão no debate travado no espaço público. Na terceira, à guisa de conclusão, comentaremos rapidamente a ação dos poderes públicos no sentido de

remover favelas no século XXI, bem como a resistência dos seus moradores diante desse processo.

Começamos então com os discursos que mantêm o estigma contra a população das favelas na ordem do dia. Isso porque as percepções da violência e da criminalidade urbana no Rio de Janeiro estão relacionadas com as construções de representações sociais sobre as favelas e seus moradores. Essa afirmação aparece de forma clara na carta enviada por um leitor ao *Jornal do Brasil*: “Por que a grande mídia não expõe a verdadeira razão de toda a violência do Rio? Todos sabem que a favelização é a raiz de todo o mal”.¹ Uma das principais agências mantenedoras do estigma sobre as favelas é, sem dúvida, a grande imprensa. Uma olhadela no maior jornal do Rio de Janeiro da atualidade, *O Globo*, revela um título como “Tijuca: um bairro degradado pela favelização”.² Ou seja, a simples existência das favelas nesse lugar teria sido capaz de degenerá-lo ou, quem sabe, rebaixá-lo. As primeiras linhas dessa reportagem são esclarecedoras: “A Tijuca, sonho da classe média desde a década de 20, vive o pesadelo de estar cercada por favelas por todos os lados”. Em outras palavras, o antigo local ocupado pela classe média teria ido do paraíso ao inferno devido à chegada desses vizinhos das camadas pobres. Percebamos também que a imagem do perigo está presente na ideia do cerco imposto por essas indesejadas moradias – não haveria para onde fugir. Por fim, cabe dizer que, nos anos 1920 – o marco temporal escolhido a bel prazer pelo jornalista que escreveu a matéria –, o bairro da Tijuca convivia havia muito com as favelas.³

Além da violência, a pobreza costuma ser relacionada à falta de higiene, conforme vemos no texto do engenheiro Marcus Quintela, publicado no *Jornal do Brasil*: “Na verdade, sem hipocrisia ou bairrismo, o Rio está sujo e fedorento, com lixo em toda parte, mesmo com a competência da Comlurb. A pobreza mora nas favelas, sem que o poder público tome as providências cabíveis”.⁴ Problema maior é que a suposta falta de higiene pode reforçar a noção de que os pobres são perigosos também pelo ponto de vista da saúde pública. Esse pensamento está presente no clamor público em torno das epidemias de dengue no Rio de Janeiro: “‘AEDES ATACA’: FAVELAS E CALOR FACILITAM A PROLIFERAÇÃO”.⁵

As manifestações artísticas e culturais dos moradores das favelas também são alvo do preconceito classista dos jornalistas. Um profissional do *Jornal do Brasil* afirmou com segurança que o chamado funk carioca não pode ser considerado arte, assim como sua produção parece não ser proveniente de humanos: “pode-se afirmar,

sem medo, que o funk carioca não é manifestação artística legítima de gueto nenhum, visto que, simplesmente, não é música, nem mesmo arte. E que opera numa esfera muito mais distante do humano”.⁶

Em resumo, na relação entre morro e cidade – termos tratados de forma dicotômica, principalmente, na grande imprensa, que sugere a existência de uma “cidade partida”⁷ –, apenas prejuízo para aquela última. Foi o que notamos, por exemplo, na leitura de um artigo de Olavo de Carvalho, publicado no jornal *O Globo*: “quanto dinheiro sobe da cidade para os morros, e quanto desce? Quanto, em drogas? Quanto em assaltos e em resgates de sequestros? Quanto, em impostos para dar assistência médica, luz, água e telefone a quem não paga jamais nada disso?”.⁸ Vale citar aqui a constatação de Coimbra (2001: 250), segundo a qual as “classes perigosas” e os “territórios dos pobres” são apresentados pela mídia como um rosto “homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável”. Nesse sentido, “Aqueles que, por não conseguirem ser ‘domesticados’, docilizados e tornados produtivos, são mostrados como ‘perigo social’, ‘fardo social’ e, por extensão, dispensáveis”.

A associação massiva entre favelas e violência urbana nas reportagens cotidianas se explica basicamente pela simplificação de que a pobreza gera violência, quando, na verdade, essa última tem sua origem na desigual dinâmica de produção da riqueza em nosso país. Assim, não podemos deixar de apontar que os textos jornalísticos citados neste trabalho estão imersos em uma tradição de pensamento de mais de 100 anos sobre as favelas cariocas (VALLADARES, 2000). Tradição essa, é claro, revalorizada segundo uma conjuntura marcada pela forte presença do narcotráfico, tido como o responsável por quase toda a violência da cidade.

Com o auxílio de Bourdieu (1997: 25, 26), podemos afirmar que os jornalistas selecionam na realidade particular da vida nas favelas outro aspecto inteiramente particular – a violência –, em função de categorias de percepção que lhes são próprias. Através de “óculos” especiais os repórteres operam uma seleção e uma construção do que é selecionado, sendo o princípio dessa seleção a busca do sensacional e do espetacular. Grosso modo, tais agentes sociais se interessam pelo excepcional, mas pelo o que é excepcional para eles.

II

No século XXI, debates que pareciam ter sido superados voltaram a ocupar as páginas dos jornais cariocas. Em 2005, a campanha liderada pelo jornal *O Globo* –

batizada como “ILEGAL. E DAÍ?” – assumiu ares de “caça às bruxas”. Prestando um suposto serviço de utilidade pública, o diário publicou o nome e a fotografia de 26 vereadores que haviam sido contra a proposta de mudanças no critério de remoção de favelas, para facilitar a concretização desse objetivo.⁹ O mesmo órgão de comunicação publicou um ensaio fotográfico, de autoria de Marcos Tristão, que mostrava as mais tradicionais paisagens cariocas visualmente poluídas pela interferência das favelas.¹⁰ A série de imagens recebeu o sugestivo nome de “cidade-partida”.

Cabe esclarecer que o nascimento dessa forma dual de se pensar a cidade remonta ao século XIX e aos seus viajantes, que relataram aqui a suposta existência de dois Brasis. Expressão do abismo entre o mundo urbano brasileiro (do sul e do sudeste) e o mundo tradicional (do nordeste e do norte), essa reflexão encontrou na oposição morro x asfalto uma de suas formas mais duradouras. Assim, os moradores dessa cidade colocada à parte seriam o “outro construído de acordo com o tipo de identidade de cidadão urbano que estava sendo elaborada” (ZALUAR, ALVITO, 1998: 19). Com o lançamento de *Os Sertões*, em 1902, o litoral x sertão euclidiano fortaleceu a oposição favela x cidade entre nossos intelectuais (VALLADARES, 2000: 12).

O ensaio “cidade partida” reforçou com imagens aquilo que vinha sendo pregado nos textos da campanha “ILEGAL. E DAÍ?”. Essa, por sua vez, foi precedida pela discussão sobre a validade do programa de remoção de favelas implantado por Carlos Lacerda no Estado da Guanabara. As contradições e os equívocos do período das remoções são conhecidos. Bastaria dizer que o programa acabou realimentando o próprio crescimento das favelas. Isso porque, em um primeiro momento, a população da área ameaçada começou a inchar devido à chegada dos favelados de última hora, interessados em realizar o sonho da casa própria num dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado. Mais tarde, percebendo a possibilidade de ganhos financeiros, muitos ocupantes sublocavam ou cediam os direitos de seu imóvel e voltavam para as favelas – assim como aqueles que não pagavam a prestação em dia e eram obrigados a abandonar as suas casas; ainda que tenham tido a vantagem de morar de graça por certo tempo (VALLADARES, 1980: 14-19). Não obstante, os moradores transferidos reproduziram no plano horizontal todas as formas de associação e todas as dificuldades que existiam nas favelas de onde vieram. No caso da Cidade de Deus, acresceu-se ainda uma notável guerra de quadrilhas (ZALUAR, 2007: 35). Entre 1962 e 1974, foram 80 favelas atingidas, 26.193 casas destruídas e 139.218 habitantes realocados. Em anos de ditadura militar, essa experiência foi marcada pela tortura e o assassinato de líderes

favelados e pelo incêndio de favelas. Ao final daquele período, os principais objetivos haviam sido razoavelmente alcançados: a desocupação de áreas visadas pelo mercado imobiliário e a desmobilização política dos moradores das favelas (BURGOS, 1998: 34-39).

Após esse rápido histórico, podemos conhecer um pouco da defesa pelo programa de remoção nos dias de hoje. Uma característica de tais artigos é o saudosismo dos “intelectuais-jornalistas”¹¹ em relação ao Estado da Guanabara e, mais amplamente, a um período em que a sua alegada importância ou especificidade política e cultural seria reconhecida no cenário nacional. Nesse movimento da memória, certamente propiciado pelo aumento da violência e da pobreza – aspectos tidos como entrelaçados e personificados no grande número de favelas –, Carlos Lacerda, o seu principal governante, é imortalizado como um modelo de liderança política a ser seguido. Tratar-se-ia do político que, fugindo às execráveis fórmulas populistas, teve pulso firme para comandar grandes obras públicas e enfrentar aquilo que se convencionou chamar de “o problema da favela”.¹² O seu oposto seria Leonel Brizola, também um modelo – porém, de inação –, que proporcionou um caminho quase sem volta a mui leal e histórica cidade do Rio de Janeiro.

Diretor-executivo de jornalismo da *Rede Globo* e colunista do jornal *O Globo*, Ali Kamel tentou superar o sentido pejorativo do termo “remoção”, tendo sugerido a adoção da palavra “assentamento” para a legitimação de um dos capítulos mais violentos da história da cidade:

Se o leitor perguntar a um amigo se ele é a favor da remoção de favelas, a resposta será negativa. Remoção, no Rio, é sinônimo de palavra maldita. Resumir a política de assentamento de favelados de Carlos Lacerda a uma palavra tão simples e pejorativa como remoção foi mesmo a maior arma dos oponentes do lacerdismo. Afinal, pessoas são assentadas; lixo é removido.¹³

O binarismo bem/mal informou a já citada memória social da experiência governativa de Carlos Lacerda e Leonel Brizola, respectivamente: “Lacerda e Brizola não estavam apenas em extremos opostos do espectro político: o que um tentou fazer para o bem, o outro desfez, embora sem esta intenção, para o mal”.¹⁴ Ali Kamel insistiu na reflexão sobre a diferença entre os dois modelos de gestão pública, que foram tratados como francamente antagônicos:

Dois adversários, duas trajetórias, duas maneiras de governar. Lacerda tentou resolver um problema, partindo para a ação, em benefício dos favelados. Brizola tentou a mesma coisa, mas optou pela inação, também em benefício

dos favelados. Com Lacerda, a cidade saiu ganhando; com Brizola, o resultado está aí.¹⁵

Vejam os nesse trecho que, inversamente, o governo que se propôs a urbanizar favelas, a regularizar a propriedade nessas áreas e a avançar no campo dos direitos humanos – tentando definir uma nova conduta para as polícias civil e militar perante tais habitantes – é tido como sinônimo de inação¹⁶; já o governo que promoveu a retirada compulsória dos moradores dos morros para regiões pouco urbanizadas, afastadas do centro da cidade e de suas fontes de emprego – o que foi uma clamorosa negação ao direito à cidade a milhares de pessoas –, é considerado como altamente benéfico à população atingida.

A revisão histórica que possibilitou ao jornalista chegar a uma visão tão positiva do programa de remoção foi a desvinculação dos “assentamentos” realizados durante as administrações Carlos Lacerda e Negrão de Lima: “Com a vitória de Negrão de Lima, opositor de Lacerda, o programa se desvirtuou”.¹⁷ No entanto, essa tentativa de tornar mais complexa a análise do processo histórico das remoções acaba promovendo a sua simplificação; afinal, no tocante às favelas, as ações de ambos os governos podem ser representadas através de um mesmo quadro de especulação imobiliária, tentativa de segregação espacial (motivada pelo estigma histórico imposto aos favelados) e incremento da construção civil, emoldurado pelo ideal desenvolvimentista de renovação urbana da metrópole.¹⁸

Note-se que, no final de seu texto, Ali Kamel reiterou o objetivo remocionista de separar as classes da cidade ao considerar a melhoria dos transportes como um aspecto importante para a solução da questão da habitação: “Quarenta anos depois, não há mais solução única. Uma coisa é certa: habitação não caminha sem transporte. E remoção tem de voltar a ser chamada pelo nome certo”.¹⁹ Quanto à necessidade de trocar a palavra “remoção” por “assentamento”, cabe perguntar: de que adiantaria a mudança no vocabulário se o artifício da exclusão urbana continuaria presente?

Também colunista d’*O Globo*, Arnaldo Jabor lembrou com nostalgia o Estado da Guanabara e o seu líder incontestado Carlos Lacerda:

Nosso melhor governador foi o Carlos Lacerda, nos bons tempos do Estado da Guanabara, homem inteligente e competente que foi o ódio máximo de minha juventude (podem me esculhambar, velhos comunas...), mas que nos trouxe luz, água, túneis, urbanização, o conceito de administração moderna contra a politicagem fisiológica.²⁰

Nessa citação, devemos perceber a noção superior de administrador “técnico” e “tocador de obra”, que certamente garantiria a Carlos Lacerda um lugar especial na memória política do Rio de Janeiro, ao lado de um nome como Pereira Passos, que inaugurou a corrente dos “prefeitos empreendedores”. Aqui vale apontar para a simplicidade de argumentos que reproduzem de forma acrítica o grande cacife eleitoral lacerdista, que era justamente o vasto programa de obras executado na Guanabara.²¹ Vejamos que, para defenderem suas ideias, tanto Arnaldo Jabor quanto Ali Kamel precisam lutar contra uma memória social negativa: seja em torno de um político (Lacerda), ou de uma política (o programa de remoção). Enquanto o segundo escolheu como contraponto a administração Leonel Brizola, o primeiro adotou como elemento de contraste a vaga e depreciativa noção de “velhos comunas” – que, no caso, se contrapõe ao “conceito de administração moderno” do primeiro governador do Estado da Guanabara.

Mas o tempo idealizado da Guanabara contrasta principalmente com o tempo presente do Rio de Janeiro, uma cidade condenada pela violência, pela corrupção, pela má administração pública e pelo conluio da ordem com a “desordem”:

Nós estamos salpicados de favelas, de onde descem hordas de vagabundos de bermuda para pescar cidadãos como num parque temático, somos legislados por uma Assembléia tomada de assalto por quadrilhas impunes, temos PMs assassinados pelo tráfico cada vez mais poderoso, temos a aliança de forças repressivas e bandidagem, não temos nem uma guarda costeira, somos governados por populistas de direita, há décadas.²²

Vale destacar nesse trecho a associação dos moradores das favelas às “classes perigosas”. Como nos referimos neste trabalho a uma determinada tradição de pensamento, revalorizada segundo cada contexto histórico, não podemos deixar de apontar para as semelhanças entre as representações realizadas no tempo presente e aquelas encontradas nos jornais da Primeira República. Nesse sentido, vale confrontar discursos etnocêntricos recolhidos na grande imprensa atual – como o citado “estamos salpicados de favelas, de onde descem hordas de vagabundos de bermuda para pescar cidadãos como num parque temático”²³ – com afirmações sobre os morros cariocas registradas nos periódicos dos anos 1900 – como “trânsfugas da sociedade aí campeiam livremente, afrontando os pacatos burgueses e apanhando em suas malhas os incautos”.²⁴ Portanto, não podemos deixar de concordar com Bourdieu (1997: 21) quando esse diz que os jornalistas geralmente manipulam melhor quanto mais manipulados são eles próprios e mais inconscientes de sê-lo.

III

Embora programas como o Favela-Bairro e o PAC reforcem a via da urbanização de favelas, durante os preparativos dos Jogos Pan-Americanos de 2007, a prefeitura do Rio de Janeiro removeu favelas como a do Arroio-Pavuna e a do Canal do Cortado. Para a realização das Olimpíadas de 2016, estão previstas novas demolições de favelas na zona oeste da cidade – para onde o capital imobiliário está se expandido com mais intensidade –, como a Vila Autódromo, por exemplo.

É importante ressaltar que o prefeito Eduardo Paes facilitou legalmente as remoções por meio do decreto 32081 de 07/04/2010, que permite ações de acesso e desapropriação de imóveis normalmente vetadas pela legislação ordinária. Assim, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou que irá remover oito favelas imediatamente: Parque Colúmbia (Pavuna), Morro do Urubu (Pilares), Prazeres e Fogueteiro (Santa Teresa), São João Batista (Botafogo), Laboriaux (São Conrado) e Cantinho do Céu e Pantanal (Rio Comprido). Com exceção das duas primeiras, as favelas citadas se encontram em regiões que teriam considerável valorização imobiliária com a efetivação das remoções pretendidas. Se não bastasse, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, lançou o programa “Morar Seguro”, que também regulamenta as remoções a médio e longo prazo, através do decreto 42406 de 13/04/2010.²⁵

A população das favelas parece estar atenta diante dessa possível “legitimação da remoção como política permanente”, o que desconstruiria o consenso que se formou em torno da urbanização durante os últimos 30 anos.²⁶ Além de terem realizado protestos na orla marinha da zona oeste, representantes de áreas ameaçadas pelas obras de preparação dos Jogos Olímpicos tentaram fazer chegar ao Comitê Olímpico Internacional uma notificação elaborada pela defensoria pública com base em argumentos das associações de moradores.²⁷ Não obstante, moradores de favelas escolhidas pela prefeitura para remoção imediata vêm promovendo eventos como o “Fica, Prazeres!”, no bairro de Santa Teresa. Segundo o material de divulgação distribuído por seus organizadores, trata-se de uma “feijoadá manifesto contra as remoções” e “A favor do direito à cidade!”.

¹ *Jornal do Brasil*. “Caixa de entrada”. 19 de fevereiro de 2007. p. A5.

² *O Globo*. “Tijuca: um bairro degradado pela favelização”. 15 de maio de 2005.

³ Na década de 1920 já existiam favelas consolidadas na Tijuca, como a do Morro do Salgueiro e a do Morro da Formiga. A primeira, inclusive, era tida como emblemática, sendo referenciada como exemplo na imprensa e nos textos dos especialistas (SILVA, 2005: 179).

⁴ *Jornal do Brasil*. “Lixo, poluição, pobreza e insegurança”. 28 de março de 2007. p. A9.

⁵ *O Globo*. “Erros do poder público ajudam dengue a avançar”. 19 de março de 2008.

⁶ *Jornal do Brasil*. “Funk não é música, muito menos arte”. 27 de março de 2005.

⁷ Essa expressão se tornou conhecida em virtude do sucesso editorial do livro de Ventura (1994). No entanto, esse termo foi criado por Carvalho (1994).

⁸ *O Globo*. “Um discurso dos demônios”. 03 de maio de 2003.

⁹ *O Globo*. “A força do voto da favela”. 09 de outubro de 2005.

¹⁰ *O Globo*. “O cerco aos cartões-postais do Rio”. 09 de outubro de 2005.

¹¹ Ao utilizar essa expressão, Bourdieu (1997: 111) se referiu aos produtores culturais situados em um lugar incerto entre o campo jornalístico e os campos especializados, “que se servem de seu duplo vínculo para esquivar as exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro”.

¹² Uma crítica pioneira à forma como eram conduzidos os estudos que propunham soluções para o chamado “problema das favelas” é vista em um clássico artigo escrito por Silva (1967).

¹³ *O Globo*. “Lacerda e Brizola”. 1º de junho de 2004.

¹⁴ *idem*.

¹⁵ *idem*.

¹⁶ Apesar desses progressos na relação entre o Estado e as favelas, Burgos (1998: 40) apontou para duas deficiências da experiência desenvolvida por Leonel Brizola: a falta de preocupação com o problema da distância e do ressentimento em relação à institucionalidade política e a absorção da máquina chaguista, o que teria comprometido a agenda social e os programas do governador com os nomes e as práticas dos anos 1970.

¹⁷ *O Globo*. “Lacerda e Brizola”...

¹⁸ Os interesses que envolviam o programa de remoção foram abordados por Valladares (1980: 30-35).

¹⁹ *O Globo*. “Lacerda e Brizola”...

²⁰ *O Globo*. “Vamos fundar o PRJ — Partido do Rio de Janeiro”. 15 de março de 2005.

²¹ Cabe observar que um momento decisivo para a construção da imagem pública de Pereira Passos foi a comemoração do IV Centenário do Rio de Janeiro (1965), cujas comemorações foram comandadas por Carlos Lacerda. Uma boa análise do governo Carlos Lacerda, dentro do campo da História Política, foi realizada por Motta (2000).

²² *O Globo*. “Vamos fundar o...”.

²³ *idem*.

²⁴ *Correio da Manhã*. “Homicídio”. 04 de janeiro de 1902.

²⁵ OBSERVATÓRIO DA METRÓPOLES. “Remoção: exceção ou norma da política habitacional?”. 28 de abril de 2010. <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

²⁶ *idem*.

²⁷ *Globo Esporte*. “Moradores pedem auxílio ao COI contra remoções para Rio-2016”. 20 de maio de 2010. <http://globoesporte.globo.com/>. Acessado em 24 de setembro de 2010.

FONTES:

Correio da Manhã – 1902.

Globo esporte – 2010.

Jornal do Brasil – 2005, 2007.

O Globo – 2003-2005, 2008.

BIBLIOGRAFIA:

- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão. Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- BURGOS, Marcelo Baumann. “Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. In: ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “A cidade cindida ao meio”. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Quatro vezes cidade*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia imprensa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- MATTOS, Romulo Costa. “Aldeias do Mal”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.
- MOTTA, Marly Silva. *Saudades da Guanabara: o campo político da cidade do Rio de Janeiro (1960-1975)*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.
- OBSERVATÓRIO DA METRÓPOLES. “Remoção: exceção ou norma da política habitacional?”. 28 de abril de 2010. <http://web.observatoriodasmetrosoles.net/>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.
- SANTOS, Angela Moulin Simões Penalva, MOTTA, Marly Silva. O “bota-abaixo” revisitado. O Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003). *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, 2003.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. A política na favela. *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, n. 41, 1967.
- SILVA, Maria Lais Pereira da. “Favelas do Rio de Janeiro: localização e expansão através do espaço urbano (1928-1964)”. In: ABREU, Mauricio de Almeida (org.). *Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações: estudos de geografia histórica carioca*. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005.
- VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- VALLADARES, Licia do Prado. A Gênese da Favela Carioca. A produção anterior às Ciências Sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, vol. 15, n. 44, out., 2000.
- VENTURA, Zuenir. *Cidade Partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ZALUAR, Alba, ALVITO, Marcos. “Introdução”. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ZALUAR, Alba. Cidade de Deus e condomínio do diabo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.